



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022.

1. RELATÓRIO

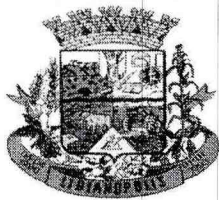
Na análise jurídica/administrativa sobre a realização de procedimento licitatório, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOLINA COMUM E ETANOL DESTINADOS À MANUTENÇÃO DO VEÍCULO PERTENCENTE À CÂMARA MUNICIPAL DE LIDIANÓPOLIS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, no valor de **R\$ 21.065,00 (vinte e um mil e sessenta e cinco reais)**, conforme solicitação expedida pelo Presidente da Câmara de Lidianópolis – PR.

Na oportunidade, antes de adentrar no mérito, cumpre destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das Minutas dos Editais e seus anexos. Vale ressaltar que os preços estimados do objeto a serem contratados através da presente licitação, não se mostra tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico, motivo pelo qual, não será objeto de análise.

2. MÉRITO

As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.



Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis-Pr.

Estado do Paraná – CNPJ/MF nº 72.483.597/0001-83

Rua Juscelino Kubitschek, 327- CEP 86.865-000 - Fone: (41) 3472-1281
camara@cmlidianopolis.pr.gov.br

Ana Paula D. Carvalho
Pregoeira Municipal

000074

O preço estimado para o certame deve refletir o preço médio do mercado, ou seja, a média de preços considerando os dados levantados na pesquisa de mercado.

Todavia, nenhum desses diplomas legais determina como deve ser realizada essa estimativa, razão pela qual, a Administração, habitualmente, se vale de no mínimo três orçamentos solicitados a fornecedores que atuam no ramo da contratação.

Essa prática decorre da praxe administrativa e da orientação consolidada pelos órgãos de controle.

O TCU, em diversas oportunidades, orientou a utilização da cotação junto ao mercado como forma preferencial de pesquisa destinada à definir o orçamento estimado, conforme se denota do Acórdão nº 3.026/2010 – Plenário, cujo Voto consignou que “a jurisprudência do TCU é no sentido de que antes da fase externa da licitação há que se fazer pesquisa de preço para que se obtenha, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos (Acórdão nº 4.013/2008-TCU-Plenário, Acórdão nº 1.547/2007-TCU-Plenário)”.

No Acórdão nº 868/2013 – Plenário, o min. relator concluiu que “para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado”.

Ou seja, o TCU reconheceu, em certa medida, a insuficiência da pesquisa de preços realizada, unicamente, com base exclusivamente nos orçamentos fornecidos pela iniciativa privada. Naquela ocasião foram indicados alguns exemplos de fontes alternativas de pesquisa, se valendo do Voto proferido no Acórdão nº 2.170/2007 – Plenário: “Esse conjunto de preços ao qual me referi como ‘cesta de preços aceitáveis’ pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos inclusive aqueles constantes no Comprasnet -, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle – a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àsquelas da Administração Pública -, desde que,

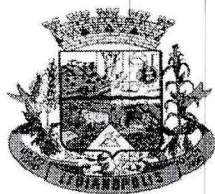


com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado".

Quanto ao objeto, lembra-se que a especificação do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo qual um determinado objetivo da Administração deverá ser satisfeito, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, **LITEM, FRUSTREM A COMPETIÇÃO OU A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO OU DIRECIONEM A CONTRATAÇÃO PARA PRODUTO DETERMINADO.**

Sobre o assunto é importante citarmos o Acórdão 2387/2013 - Plenário - TCU:

A ESPECIFICAÇÃO, NO EDITAL, DE PRODUTO OU BEM CUJA DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS CORRESPONDEM A MODELO EXCLUSIVO DE DETERMINADO FABRICANTE, SEM QUE HAJA JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS, AFRONTA O DISPOSTO NOS ARTS. 3º, CAPUT E § 1º, E 7º, § 5º, DA LEI 8.666/93 C/C O ART. 9º DA LEI 10.520/02. Representação versando sobre pregão eletrônico realizado pela Prefeitura Municipal de [...] para aquisição de cultivadores motorizados com enxada rotativa, mediante emprego de recursos federais oriundos de convênio, apontara irregularidade no edital relativa à "especificação de cultivador motorizado acoplado a enxada rotativa TA49 ...cuja descrição e características correspondem aos modelos exclusivos do fabricante [...]". Em juízo de mérito, o relator anotou que, a despeito da mencionada descrição constar do plano de trabalho que integra o convênio, "a especificação constante do edital não atende ao disposto no art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993, segundo o qual 'É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório'. Acrescentou que o referido dispositivo legal, aplicado subsidiariamente ao pregão, permite a adoção de características e especificações exclusivas nos casos em que for tecnicamente justificável, "situação não demonstrada pela administração municipal contratante". Ressaltou, por fim, que embora existam diversas marcas e modelos de cultivador motorizado com enxada rotativa, a descrição enxada rotativa "TA49" somente foi encontrada nos produtos da empresa [...], o que teria causado restrição indevida do caráter competitivo do



certame. Nesse sentido, o Tribunal, acolhendo a proposta do relator, determinou a anulação do certame, sem prejuízo de cientificar a prefeitura da irregularidade, bem como a concedente e a instituição financeira interveniente da falha incorrida no plano de trabalho do convênio. TCU. Acórdão 2387/2013-Plenário, TC 009.818/2013-8, relator Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 4.9.2013.

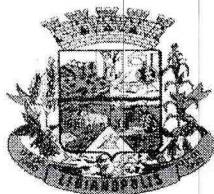
Portanto, é vedada a especificação de marcas de produtos no procedimento licitatório ora analisado, em atendimento aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente a impessoalidade e a isonomia.

A preferência de marca ou de pessoas é vedada por haver um nítido direcionamento do certame, o que acaba por infringir os princípios basilares da licitação, em especial o caráter competitivo do certame, uma vez que afasta competidores que comercializam os mesmos produtos de outros fornecedores e a competição é imprescindível dentro do processo licitatório para que haja a seleção da proposta mais vantajosa para administração, jamais podendo ser direcionado para qualquer marca ou fornecedor, sob pena de incorrer nas cominações legais, conforme assim dispõe o art. 90 da lei 8.666/1993 (lei de licitações):

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Nesse sentido, os arts. 14 e 15 da Lei nº 8.666/93 estabelecem a necessidade de o objeto da licitação ser descrito de maneira adequada, de forma a evitar descrição obscura e subjetiva dos produtos.

Vale destacar ainda que não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação, quaisquer interessados que estejam na condição do art. 9º da Lei n. 8.666/93, considerando-se a participação indireta aquela que se verifique pela existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, aplicando-se igualmente aos membros da comissão de licitação, no caso, observo que consta da minuta o anexo da declaração da situação de regularidade nesse sentido.



O Departamento Contábil informa a existência de previsão de recursos de ordem orçamentária para fazer face às obrigações decorrentes da contratação, através de dotações específicas:

01.001.01.031.0001.2001 – ATIVIDADES LEGISLATIVAS

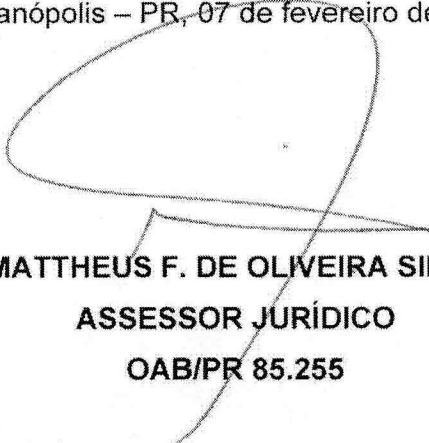
4.3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO 01001 21.065,00

CONCLUSÃO:

Diante disso, OPINO FAVORAVELMENTE ao prosseguimento do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2022, considerando que a minuta do edital se mostra apta a publicação, bem como, seus respectivos anexos, cumprindo as exigências do artigo 40 da Lei nº 8.666/1993.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Lidianópolis – PR, 07 de fevereiro de 2022.


MATTHEUS F. DE OLIVEIRA SILVA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/PR 85.255